



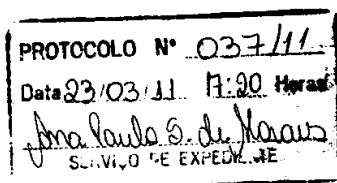
CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 04/03/11

Presidente

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. ____ DE ____ DE MARÇO DE 2011



*Institui a semana da EDUCAÇÃO
FINANCEIRA no município de Anápolis e
dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída a semana da educação financeira no município de Anápolis;


Art. 2º. A data da qual se refere o Art. 1º desta lei será celebrada na segunda semana de agosto de cada ano;

Art. 3º. Fica a sociedade organizada, por meio das entidades de classe, bem como das instituições educacionais, igrejas, sindicatos, partidos políticos, associações e órgãos congêneres autorizados a realizar campanhas alusivas à educação financeira e à proteção da economia popular sobretudo na semana indicada no art. 2º desta lei;

Art. 4º As campanhas das quais tratam o art. anterior serão embasadas na disseminação metodológica dos princípios norteadores, das operações financeiras e da atividade administrativa, dando à população de Anápolis o acesso à informações importantes sobre aplicações, lucros, investimentos, débitos, reservas, câmbios e demais institutos da Educação Financeira;

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Santana – Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2011.


Dra. Dinamélia Ribeiro de O. Rabelo
Vereadora – vice líder do PT.

*Recebido em
23/03/11
17:15
Buro*



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

JUSTIFICATIVAS


O presente Projeto de Lei Ordinária tem como principal objetivo banalizar o conhecimento, dando à população, sobretudo às crianças e jovens de Anápolis, o devido acesso à Educação Financeira, que visa fornecer ao indivíduo o discernimento do mercado financeiro, determinante na vida de toda e qualquer pessoa; e pragmaticamente, muito mais do que isto, disciplina o cidadão na administração de sua própria renda. Indene de dúvidas, o povo brasileiro carece da educação que, nos dizeres do sábio filósofo Paulo Freire, liberta! Trata-se da missão de tornar efetiva a qualidade de vida da sociedade por meio da sua razão de existir: a racionalidade. A Educação Financeira, se aprovado o presente feito, seria evidenciada na segunda semana do mês de agosto de cada ano em Anápolis, porque é em meados desta data que se passa o 13 de agosto, ocasião em que comemoramos o dia do economista no Brasil.

Com efeito, a presente propositura legislativa está assentada aos pressupostos de constitucionalidade, vez que o art. 30, I da Carta da República de 1988 dispõe que ao Município compete legislar sobre assuntos de interesse local. E não há nada mais interessante do que ter uma população educada, preparada, potencialmente informada e competitiva, nas proporções da evolução das complexidades das relações humanas num inevitável sistema neocapitalista. Outrossim, este projeto também cumpre com o ofício da legalidade, observados os critérios de competência legislativa do parlamentar estabelecidos pela Lei Orgânica do Município de Anápolis e pelo Regimento *interna corporis* desta Colenda Casa de Leis.

Ademais, sancionado o presente projeto, tanto o poder público quanto a sociedade – em linhas gerais – somente lograrão benesses, considerando que, com esta marcha desenvolvimentista do progresso eminente em nossa cidade, mister se faz qualificar cada vez mais o nosso povo.

Por estas razões, pugno aos nobres pares pela incólume aprovação.

Anápolis, Sala das Comissões do Palácio de Santana – 23 de março de 2011.


Dra. Dinamélia Ribeiro de O. Rabelo
Vereadora – vice líder do PT.

*Recebido em
23/03/11
12:15
Rabelo*